



A SOMBRA DE MARIELLE

Paulo Velten¹

Este artigo trata da força que a imagem da vereadora Marielle, morta em 2018, tem adquirido nos movimentos sociais ao redor do mundo. Icônica, sua foto tem preenchido cada vez mais o imaginário popular e se transformado em símbolo da luta contra o arbítrio e autoritarismo nos dias atuais. Tratará ainda do contexto político em que sua morte foi tramada de modo a contribuir para a fixação da memória bem como para uma eventual contextualização no futuro.

Para tanto, partiremos de outra figura Icônica, a figura de Ernesto Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana, que morreu como guerrilheiro, combatendo o imperialismo nas florestas Bolivianas. Sua imagem, ganhou uma notoriedade muito maior do que sua obra e vida. Tornou-se um ícone do imaginário popular mundial, em qualquer parte do mundo sua imagem é reconhecida, mesmo que nem sempre reverenciada, mas segue influenciando gerações que sequer conhecem sua história.

¹ O autor é Professor de direito da UFES e associado do IBAP e da APRODAB.

Muitos ícones políticos tornaram-se notáveis na história, mas todos tinham em sua retaguarda uma máquina difusora de propaganda. Só para citar um exemplo, Hitler.

Segundo Alberto Filippi (2007),² a simbologia da figura de Guevara é difusa e atravessa o imaginário de multidões cada vez maiores, ao mesmo tempo em que reflete nos olhos de cada observador suas próprias contradições. O mito de Chê, serve até mesmo eventualmente a seus assassinos, na medida em que, mesmo os liberais que tanto combateu, por vezes, se valem de sua figura quando precisam de simbolizar os ideais representados por um cavaleiro errante em busca de justiça e liberdade, no estilo Don Quixote.

A mais famosa foto de Chê, tirada em 1967, faz parte da memória ótica do século XX, no no “inconsciente ótico” (para usar uma expressão de Walter Benjamin) de quem nele viveu, e resiste contemporaneamente como alusão a um sentimento utópico e revolucionário.

O referido autor afirma baseado em Gramsci que, (em seu caderno XIII) sull'*ideologia-mito*, “[...] Che representa a consciencia popular o imaginário coletivo, como uma criação da fantasia concreta que determina a configuração do imaginário popular e que suscita organizar a vontade coletiva”.

Em que pese a vida e obra do cidadão argentino Ernesto Guevara sejam lindas, a força histórica que a representação de sua figura produz no universo político mundial é maior, muito maior do que outros protagonistas da história.

A figura de Chê é uma marco que desafia o liberalismo, é como Édipo ao desafiar a Esfigie de Tebas, tomando para si o destino do homem, até então pré determinado. Como referiu José Saramago “Ernesto Che Guevara se transformou na imagem universal do sonho revolucionário de todo o mundo e que continua a existir mesmo depois de morto”.

² Todas as observações a respeito do mito Chê Guevara têm como fonte o genial trabalho do professor Alberto Filippi ao final referenciada.

A mitologia envolta em torno de sua lendária figura atesta a conexão existente entre sua importância e a manutenção do espírito utópico, é nessa perspectiva que partiremos dela para chegarmos em Marielle. A imagem de ambos refletem, um espírito indomável, inquebrável, invencível, que contrarie a lógica do mais forte, que decifra o enigma na esfinge, mas agora, não mais tendo como resposta “o homem”, mas “a mulher”!

Após sua morte, Marielle a história da menina negra, favelada, mulher, mãe, estudante, militante, vereadora, enfim da vida, passou a simbolizar muito mais. Os adjetivos que qualificavam sua existência foram potencializados. A simbologia em torno do que ela representava tem sido alimentada, entre outras coisas, pela angústia sobre as infames manobras impeditivas da apuração de sua morte, mas também pela identidade simbólica com cada um dos que, como ela, se vêem oprimidos.

Tenta-se, de muitas formas desqualificar sua imagem, entretanto, o signo que passou a representar uma negação radical e definitiva que vem ganhando uma proporção, talvez nunca experimentada por outras tantas mulheres brasileiras igualmente imoladas na luta contra a cultura machista impregnada na sociedade brasileira.

O objetivo desse artigo é destacar um dentre tanto pontos comuns que unem essas duas figuras que, parecem ganhar uma vida independente de seus respectivos autores. O elo comum a ser destacado é o ambiente em que ambos viveram.

Toda a vida de *Chê* foi ancorada na ideia de que a guerrilha armada era seu método de vida. Mesmo quando chegou ao poder em Cuba juntamente com os irmãos Castro, não se acostumou com a vida negocial, ainda que, como ministro da Economia tenha se virado muito bem. Sua perspectiva era da guerrilha revolucionária. É com a guerrilha que seu espírito estava envolvido. Esse ponto merece destaque, a predisposição *guevariana* ao combate, sem trégua, sem negociação, a expectativa de insuflar a turba até que se tornesse incontrollável.

Este símbolo que o mercador de armas pretendeu apagar ao assassinar a vereadora Marielle, ocorre que, o controle dos signos não está em mãos humanas, as variáveis de sua repercussão são enormes e difíceis de prever.

O contexto narrado a seguir, pretende-se que, estabeleça um fio condutor entre contexto de sua morte e a expansão de sua imagem, sem maiores pretensões explicativas, para além de narrar a memória atual. A frase mais famosa de Che Guevara “é preciso lutar sem perder a ternura” representa as imanências de cada um, e sobressai, do rosto iluminado daquele que, atento, observa-a estampada em uma camiseta ou bandeira, seja em um show de rock, numa exposição de arte ou numa passeata, por qualquer que seja o motivo.

O contexto histórico da disputa pelo poder em torno da morte de Marielle

Para o objetivo proposto, narrar as disputas pelo poder político que envolveram o assassinato de Marielle, deve-se levar em conta o contexto das disputas políticas envolvidas, para tanto, pretende-se elaborar uma descrição circunstanciada das relações de poder em torno da política que envolveram o embroglio de sua morte, e constituem a sombria e infeliz realidade brasileira atual.

Quanto à definição do que denominamos aqui como “política”, é importante firmar como referencial teórico, o pressuposto *foucaultiano* de que “[...] a política é a continuação da guerra por outros meios” revelado em sua *Genealogia sobre o poder* e que, originou o seu livro, *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2010, p. 16).

Assim, a política é, como revela Foucault, a solução, uma espécie de antídoto contra o espírito beligerante humano, que consumia a Europa nos séculos XVI a XIX em guerras intermináveis.

Na percepção de Foucault a expressão marca ainda, uma mudança substancial na história, assinalando o período onde a guerra mudou sua característica, deixando de ser um evento isolado, à

disposição de reis absolutos, para ser transferida para o campo estatal, transformando-se assim numa relação social contínua e permanente.

Desde então, o poder e a guerra têm sido estudados por mais diversos pesquisadores, com o objetivo de se entender essa relação entre a guerra e as políticas estatais.

Ocorre que, com o atentado contra as Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, a ideia da guerra como política pública estatal sofreu uma reconfiguração, conforme Pedro Diaz (2018, p. 76) e o discurso do então Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, proferido logo após o atentado, revela essa perspectiva ao afirmar que “[...] os Estados Unidos iriam se lançar em um novo tipo de guerra, uma guerra que requer de nossa parte uma caça ao homem internacional”. A frase deu azo a inúmeras fabulações acerca do significado que pretendeu dar à expressão “homem internacional”.

Esta perspectiva de que existe um inimigo universal a ser combatido e eliminado é encarnado em primeiro lugar na pessoa de *Osama Bin Laden*, (autor intelectual dos atentados contra as torres gêmeas). Cassado e morto, seu corpo jogado ao mar, como forma simbólica de negar-lhe identidade pós morte. Na sequência, ainda outros inimigos universais vão sendo eleito, tais como, Estado Islâmico, Wikileaks, dentre outros.

De fato, o combate a um inimigo universal não identificável parece ser uma marca histórica presente na forma de compreensão da política mundial a partir dali.

Exemplo disso é o contexto das últimas eleições presidenciais, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Em ambos os casos, as disputas em torno do poder político se concentraram em argumentos que elegeram um “inimigo” não individualizável, inespecífico, contra o qual, devem ser envidados todos os esforços possíveis e imagináveis, como numa guerra, para exterminá-lo. Fenômeno que denominaremos aqui como “o argumento da política da guerra”.

Nas duas campanhas presidenciais, os vencedores aderiram explícita e sem reservas ao discurso da necessidade de imposição de uma política pública baseada no combate a esse inimigo não

qualificado. É importante assinalar à similaridade da ação nos dois casos, entretanto, a política guerreira, vem se disseminando como um vírus que não reconhece barreiras físicas ou constitucionais.

No caso específico das eleições americanas, o argumento mobilizador foi a declaração de guerra contra o “imigrante”. Uma verdadeira campanha preconceituosa foi orquestrada a partir do objetivo da construção de um muro que barre o inimigo universal, de forma a oficializar, a separação oficial dos cidadãos nacionais que devem ter protegidos.

Quanto ao caso brasileiro, o discurso mobilizador utilizado pelo candidato vencedor, foi a explícita declaração de guerra contra “bandidagem”, através de promessas de armar a população através da flexibilização do estatuto do desarmamento, tendo em vista uma supostas incapacidade estatal no combate a esse inimigo coletivo, para se fazer frente à violência.

Nas duas campanhas, a estratégia foi a guerra contra um inimigo imaginário, a ser construído no imaginário coletivo sufocado pela violência. A ameaça, vinda de fora no caso americano e interna no caso brasileiro “turbinou” a disputa em torno do poder.

Mais do mesmo

O fenômeno descrito não é novo, de fato, a guerra já impulsionou a economia do mundo em outras épocas, basta que se recorde os eventos políticos que envolveram a Alemanha dos anos 1930, bem como, os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Conforme assegura Gilson Dantas (2018, p. 78), “[...] a solução para a estagnação econômica mundial foi transformar o Estado em gastador-consumidor coletivo assumindo despesas desproporcionais de natureza militar.

E mais, afirma Dantas:

“Após a destruição das forças produtivas da Europa, apesar da perda de quase 40 milhões de mortos, os Estados Unidos duplicaram sua riqueza nacional, afirmando-se como potência hegemônica de primeira ordem. Se em 1939 os gastos militares americanos não ultrapassavam 1,4% do PIB, pularam para 46% do PIB em 1944 e ao fim da II Guerra Mundial estavam em 9% (1946); após um breve declínio, ganharam impulso com a guerra da Coréia e alcançaram o patamar de 8-9% ao longo da Guerra Fria, sem parar de crescer no período da Guerra do Vietnã, ganhando novo impulso quando, em 1983, Reagan anunciou o gigantesco e bilionário projeto Guerra nas Estrelas. Existe um duplo movimento, para além de estimular a economia, a indústria armamentista e de segurança, se in-crustou no coração das economias”.

Assim, são cada vez maiores as compras bélicas estatais, - quase sempre através de processos de licitação especiais -, que, por sua vez, retroalimenta o sistema político, através de representantes escolhidos corporativamente, investidores privados que, por meio da exploração do medo produzido pela violência, fazer o mercado complementar de segurança privada crescer exponencialmente, tornando-se agente mobilizador desse perverso sistema.

Dessa forma, a guerra que era um evento/custo excepcional e extraordinário, passa a ser incorporada nas políticas públicas, como se verá na sequência.

O Estado de guerra no Brasil

Ainda que, o Brasil não tenha participado diretamente de um confronto bélico desde a segunda guerra mundial, exceto em forças de paz da ONU, a guerra continua presente na vida do povo brasileiro, bem como no imaginário popular.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública citado por Globos “[...] os gastos dos estados com segurança pública cresceram

mais de 30% em 10 anos, mesmo com a crise econômica e com quedas de receita saindo de R\$ 59,2 bilhões (em valores corrigidos pela inflação) em 2008 para R\$ 78 bilhões — ou seja, **quase R\$ 19 bilhões a mais, em 2017**”.

Dessa forma a guerra que era excepcional vai se transformando em *business*, os golpes de Estado que eram fruto de uma intervenção externa na política, vão se transformando em parte do cotidiano. Prova disso, é que, no caso brasileiro, ao longo da última década, sob o signo da garantia da lei e da ordem (GLO), as forças armadas, constitucionalmente detentoras das armas, têm sido instadas a agir constantemente. Assim tem sido, por exemplo, nos ataques do PCC em São Paulo (2006), na greve da Polícia Militar no Espírito Santo em 2017, nas séries de mortes a partir de motins em presídios, em estados do Nordeste (2016, 2017 e 2018 especialmente Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco), na intervenção em Roraima e no Rio de Janeiro (2018).

Somente no Rio de Janeiro (RAMOS, 2018)⁶ o interventor anunciou os custos da intervenção em R\$ 3,1 bilhões. Desse montante, R\$ 1,6 bilhões foram destinados a quitar dívidas de 2016 e 2017; e R\$ 1,5 bilhões, para o custeio de ações e despesas de 2018. Foram quitadas, dívidas e salários principalmente, as chamadas “escalas especiais”, tanto de militares como de policiais civis. Foi montado ainda um gabinete de intervenção digno de um ministério. Ao todo, 67 cargos, dos quais dois DAS 6 (remuneração de R\$ 16 mil) e 15 DAS 5 (valor de R\$ 13 mil).

Nesse contexto, foi criado em 2018 um novo superministério, o ministério da Segurança Pública, encarregado de congregar todas as forças militares e policiais, com o objetivo dar o devido combate a insegurança demonstrada pela população brasileira.

Foi promulgada ainda, a lei nº 13.491/2017 que transferiu para a Justiça Militar a competência do julgamento de crimes cometidos por profissionais das Forças Armadas em missões de Garantia da Lei

e da Ordem (GLO). Demonstrando a excepcionalidade do aparato legislativo.

Com o referido superministério foi elaborada, também em 2018, uma política nacional e um sistema nacional de segurança pública, e ainda o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) que cria novas fontes de financiamento das ações de segurança, para além do Orçamento da União, Estados e Municípios. Essa fonte é o FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública), que poderá ter acesso aos recursos do FPN (Fundo Penitenciário Nacional).

Na prática, isso significa que a segurança contará com dinheiro proveniente de loterias, o que também deve significar mais recursos. Em que pese o atual governo ainda ter deixado claro se pretende seguir a estratégia planejada no governo anterior. A possibilidade de acesso por parte da União as verbas do Fundo Penitenciário Nacional, constitui-se por si só, uma novíssima fonte de custeio da política de segurança.

Essa aura militar interventiva, os inúmeros enfrentamentos (tiroteios) típicos de uma guerra civil, com a utilização de dezenas de milhares de soldados, o sítio de favelas inteiras, a espetacular cobertura da mídia, foram produzindo um ambiente ideal para absorção pela sociedade, de uma nova perspectiva: a desesperança no Estado e na política para enfrentar o caos da segurança, e a crença de que o cidadão armado, pessoalmente poderá defender-se da violência.

Neste contexto, a desesperança vai forjando uma nova necessidade e com isso, ampliando um novo e enorme filão econômico, o mercado privado de materiais de guerra. Pronto, criada a demanda e a guerra que antes era pública e estatal começa a atrair interesses privados e econômicos. É esse o cenário preenchendo o imaginário popular.

Nestas eleições brasileiras, a bandeira do argumento não foi levantada, ideais e ideias não foram defendidos. A disputa se deu em torno do acesso ao imaginário ótico, foi uma campanha de imagens,

e talvez, a que tenha gerado mais impacto foi a do então candidato a governador, vencedor no Rio de Janeiro. O candidato despiu-se da imagem de jurista justo e equilibrado que tentava transmitir até então e apropriou-se da figura do soldado universal guerreiro, transformou-se numa espécie deturpada de “Rambo carioca” ao rasgar uma placa de rua em homenagem à recém assassinada vereadora Marielle.

As demonstrações de intimidade dos candidatos com a indústria de guerra produziram uma eleição quase que instantânea daquelas que, conseguiram demonstrar sua proximidade com esse conluio. Eleitos os representantes do mercado da guerra, a eleição do vendedor mor de armas se tornou barbada.

Após a eleição, há uma forte ofensiva no sentido de preenchimento do inconsciente ótico com imagens guerreiras. Políticas públicas outrora inimagináveis como *Snipes* atirando de helicópteros na população conforme revela O globo, ¹ têm sido utilizadas para fortalecer esse espectro de mito guerreiro no imaginário popular.

Essas imagens criam o ambiente ideal para a instalação de um pânico coletivo, para justificar a instituição de Decretos como o R-105, de 07 de maio, que em verdadeira afronta o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826) em vigor desde 2003, libera a compra de armas.

Conforme amplamente divulgado,³ no decreto está previsto que: o proprietário rural terá direito à posse de arma no perímetro de sua propriedade, a quebra do monopólio da importação de armas no Brasil, a permissão para colecionadores, atiradores esportivos e caçadores (CACs) poderem ir de casa ao local de tiro com a arma com munição. Praças das Forças Armadas com dez anos ou mais de experiência terão direito ao porte de arma. O direito à compra de até 50 cartuchos por ano passará a ser de até 1000 cartuchos por ano (em caso de armas de uso restrito) e até 5000 (em casos de uso armas

³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/07/entidades-criticam-decreto-de-bolsonaro-que-muda-regras-sobre-uso-de-armas-e-de-municoes.ght>

de uso permitido), e finalmente, o próprio conceito de residência foi ampliado para considerar toda a extensão da propriedade.

De volta à imagem

Rasgar a placa de rua em homenagem a Marielle é um ato que possibilitou a eleição relâmpago do mercador de armas, entretanto, ela também marca um rompimento histórico, pois aquele momento de extremo sarcasmo, em função do tamanho da infâmia produziu igualmente a indignação de todos os oprimidos que se viram ultrajados pela grotesca cena. Cessa ali, naquele rasgo histórico o acesso ao inconsciente ótico coletivo, foi como a invasão de um *racker* que é momentânea, só dura alguns segundos.

Exatamente dali nasce um novo mito, que virá assombrar aqueles que ousaram transformar a imagem do herói e da heroína do povo em *business*, pois os heróis representados nas pupilas e na imaginação do povo é antítese do que está posto. O mito será identificado em todo mundo, representará as negras, as feministas, as lésbicas, as minorias, a esquerda revolucionária, todos identificados no povo e não no *business*.

Daqui a cinquenta, cem anos, nada do que é hoje estará aqui, a danação de seus assassinos será a insignificância histórica, mas, tal qual a imagem de *Chê* restará lá, no inconsciente ótico popular, uma ao lado da outra, a imagem mitológica de Marielle.

Referências

FILIPPI, Alberto. **Il mito del Che - Storia e ideologia dell'utopia guevariana**. Giulio Einaudi editore, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DIAZ, Pedro. Geopolítica da vigilância: Globalização e guerras híbridas. **Revista Metamorfose**, Bahia, v. 3, n. 1, p. 73-86, set. 2018.

DANTAS, Gilson. O setor bélico norte-americano em sua condição de estímulo econômico: algumas notas para um debate contemporâneo. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c4.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GLOBO. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/13/apesar-de-criese-e-queda-de-receita-gastos-de-estados-com-seguranca-publica-crescem-30percent-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 14 mai. 2019.

RAMOS, Silvia. **À deriva**: sem programa, sem resultado, sem rumo. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, abril de 2018. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/projeto/observatorio-da-intervencao/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/snipers-ja-estao-sendo-utilizados-so-nao-ha-divulgacao-diz-witzel-sobre-acao-da-policia-23563496?versao=amp>. Acesso em 12.fev. 2019.